

COLECÇÃO CRÍTICA E SOCIEDADE

Volumes publicados:

1. **Prática epistemológica e Ciências Sociais**, Manuel Castells e Emilio de Ipolo, 3.ª edição, 1974.
2. **Debate sobre o Estado Capitalista**, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, 1975.
3. **O Pensamento Político de Gramsci**, J.-M. Piotte, 1975.
4. **A caminho de uma nova crise estrutural do sistema capitalista**, Samir Amin, 2.ª edição, 1976.
5. **Ideologias e Práticas Psiquiátricas**, Manuela Fleming, 1976.
6. **Uma Sociologia Alternativa**, Franco Ferraroti, 1976.
7. **Mulheres, celeiros & capitais**, Claude Meillassoux, 1977.
8. **Marxismo e crítica literária**, Terry Eagleton, 1979.
9. **Temas de História em livros escolares**, Maria Carlos Radich

TEMAS DE HISTÓRIA em livros escolares

Maria Carlos Radich



N.º 3615

crítica e sociedade 9
AFRONTAMENTO

© 1979, Maria Carlos Radich
e Edições Afrontamento

Capa de João B.

EDIÇÕES AFRONTAMENTO
Rua Costa Cabral, 859
4200 - Porto

INTRODUÇÃO

Os seres humanos distinguem-se dos computadores, no sentido em que não limpam a memória com a simplicidade da máquina.

Podemos detectar em nós permanências, recordações de «longa duração»: Santarém, Lisboa, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Beja, Évora, Moura, Serpa e Juromenha. São as conquistas de D. Afonso Henriques; Beja foi antes de Évora, apesar de estar mais a sul. Um Afonso, um Sancho, um Afonso, um Sancho, um Afonso, até que muda — é a Primeira Dinastia. História. Lisboa, Setil, Santarém, Entroncamento... Caminhos de ferro. Peneda, Soajo, Gerês... Geografia. Verbos são palavras que exprimem ou anunciam uma acção praticada ou sofrida por alguém ou alguma coisa, ou indicam que uma qualidade ou estado pertencem a determinado ser em determinada altura. Definição fixada (para sempre?!), em resultado de um castigo, Liceu, 1.º ano. Toda a turma (40 meninas) decorou.

A derivada em ordem ao tempo do vector quantidade de movimento de um ponto material é directamente proporcional...; O fluxo do rotacional de um vector atra-

vés de uma área é igual à circulação...; Vector livre é o ente analítico representativo de um dado conjunto... Princípios, teoremas, definições, farrapos agarrados à memória sem razão aparente.

Estamos no domínio do pitoresco escolar. Mas ocorre perguntar se, para além das ladaínhas que ainda temos no ouvido e das recordações de pequenos episódios, não brotará também do aparelho escolar uma corrente mais profunda, onde mergulhem esquemas de pensamento, habitações a certas evidências, familiaridades e estranhezas perante modos de abordagem da realidade, particularmente nos campos em que a vida de todos os dias não veio a exigir, *explicitamente*, uma reconsideração crítica.

Gostaria de colocar esta questão no terreno da história. Milhares de crianças aprenderam, ou melhor, a seu tempo decoraram, a versão conveniente da história de Portugal. O que não seria grave, se a tivessem, do mesmo modo, esquecido. Mas, justamente, é de suspeitar que o esquecimento que julgamos ter *dessa* história seja mais aparente que outra coisa, e incida sobre os detalhes, não sobre o essencial. Algo, que cremos inofensivo, não terá deslizado para a nossa memória, individual e colectiva, aí permanecendo eficaz, *contra* nós? Não haverá algum risco em nos lembrarmos, vagamente, de que a história são reis e datas, de cujo «empinango» resulta uma modesta erudição?

O campo das reminiscências da história de Portugal possui o seu próprio folclore: um ódio profundo ao espanhol; uma prudente desconfiança perante o inglês, sempre pronto a esbulhar-nos de qualquer coisa; o desprezo pelo galego; a familiaridade com o Império, onde colhemos um orgulho confortável, a consciência de uma qua-

lidade, antiga e genuína, para criarmos grandes coisas... Através de elementos esparsos, a que a nossa memória se agarra mais ou menos, afloram as primeiras ideias sobre o nosso lugar no mundo, os primeiros fundamentos e hábitos de nos pensarmos como grupo. Do pitoresco transitamos, insensivelmente, para a percepção durável.

«É certo que muitas pessoas, incluindo aquelas que, por exemplo, têm actualmente a responsabilidade de organizar o ensino da história (...) digamos, no plano *oficial*, vêem «a história» como o ensino de um certo número de acontecimentos, postos uns atrás dos outros, e nada mais, de tal modo que já pudemos ouvir exclamar ao decano de uma faculdade de ciências:—terão muito tempo para ler livros de história depois dos vinte anos! Para ele não há portanto *educação histórica*, enquanto que, para mim, há uma ciência histórica, mas também uma educação histórica que deve habituar as crianças e os jovens a pensar historicamente (...)»¹.

Nem todos os responsáveis pelo ensino da história de Portugal partilharam a opinião do citado decano. Boa parte da historiografia escolar aspira a cumprir uma função mais nobre que a de construir um comboio de factos. A preocupação pela educação histórica não é estranha aos responsáveis, mas estes interpretaram-na a seu modo. Não são insignificantes os valores em torno dos quais seremos chamados a identificarmo-nos colectivamente. Para sucessivas gerações eles foram — Deus, Pátria, Família, Império. Emaranhada na relação dos

¹ Pierre Vilar, «El método histórico», in: *Althusser, método histórico e historicismo*, Cuadernos Anagrama, série Documentos, Barcelona, Editorial Anagrama, 1971.

DESCOBRIMENTOS E COLÔNIAS

Tema constante na história de Portugal, tema privilegiado no mundo da escola, os Descobrimentos e a Colonização são a confirmação final da Grandeza da Pátria. «Portugal é grande» — eis o que aprendiam os «pequeninos escolares». Perante eles desdobrava-se então o rol dos principais acontecimentos que pautam a «Imortal Odisseia» que «assombrou o mundo».

«Ao vermos a enorme extensão do Império Português admiramos o heroísmo com que os nossos antepassados — sábios, marinheiros, soldados, missionários — engrandeceram a Pátria. Por ela atravessaram mares desconhecidos, sofreram as inclemências de climas insalubres e travaram lutas cruéis em paragens longínquas»¹.

Orgulhosos do Nosso Passado, aprendíamos, em seguida, o desprezo pelos outros; e a arrogância:

«Afonso de Albuquerque é um dos maiores heróis da nossa História. (...)

¹ Livro de Leitura da 3.^a classe, ob. cit.

Sendo capitão-mor das Índias, venceu e fez vassalo de Portugal o rei de Ormuz, que era tributário do xeque Ismael, senhor da Pérsia. Pouco depois, o rei de Ormuz mandava dizer ao capitão-mor que os embaixadores do xeque Ismael tinham vindo a pedir-lhe o pagamento do tributo que ele devia ao seu soberano; que, na verdade, era costume ele pagar todos os anos aquele tributo; mas agora, como o reino de Ormuz era tributário e vassalo de el-rei de Portugal, que visse Sua Senhoria que resposta se havia de dar.

Afonso de Albuquerque sorriu, e mandou vir à sua presença os representantes do xeque Ismael. Quando eles chegaram, disse-lhes apontando para um monte de pelouros, lanças, espingardas e outras armas que de propósito para ali mandara trazer:

— Esta é a moeda em que El-rei de Portugal, meu Senhor, manda pagar tributo a quem se atreve a pedi-lo aos reis seus vassalos.

O Oriente pasmava e tremia de Albuquerque»².

A historiografia escolar reflectirá de perto a marcha da colonização. Nos manuais do século XIX, a África ocupa pouco espaço. As principais referências irão para o Brasil. Tanto o compêndio de João Diniz como o de António Florêncio Ferreira, ambos datados de 1879, tomam a independência do Brasil — ou de preferência, o seu reconhecimento por Portugal, em 1825 — como o marco que separa duas fases distintas na história portuguesa. Este relevo dado à perda da colónia brasileira declinará, em seguida.

Adensam-se, então, as referências às colónias africanas. O mesmo *sentido* prepassa os manuais do tempo

² Livro de Leitura da 3.ª classe, ob. cit.

da República e do Estado Novo. O tom, o detalhe, podem variar.

«Muitas raças, uma só Nação»! Esta ideologia deram-se nos livros e textos de história, com uma intensidade que cresce na razão inversa da solidez do Império. Os povos das colónias são supostos reconhecerem-se nos heróis que os «descobriram e conquistaram» e adoptarem a história de Portugal como se fora a sua própria.

Num movimento aparentemente contrário, mas que tem o mesmo sentido, a história das colónias também pode ser anexada pela portuguesa. Num compêndio para a 4.ª classe, de 1968³, ao ser descrito o vestuário, habitação..., dos portugueses, esses aspectos do modo de vida dos povos das colónias terão também um pequeno lugar. Mas só a partir do século XVI: foram descobertos, logo existem. Aos olhos desses autores dos anos 1960, todos são portugueses, a história é comum, a identificação perfeita.

*
* *

Um dos factos a que os manuais de história e os livros de leitura se agarraram com maior persistência foi a Chaimite. «Este feito foi um dos mais gloriosos de todas as campanhas de África», dirá Tomás de Barros, eco de A. A. Torres de Mascarenhas, de José Francisco César, de A. Cruz da Rocha Peixoto...

³ João Pimenta, Armando Pimenta, Eduardo Jorge, Fernando Pires, *História de Portugal*, 4.ª classe.

Na colectânea de textos incluídos no volume «A Terra e a Grei», para o 2.º ano dos liceus (anos 1950), encontra-se uma descrição de Chaimite, das mais conseguidas do ponto de vista da literatura colonialista. Veja-se um extracto representativo:

«(...) Mouzinho chamou alto e autoritariamente:
— Gungunhana! Gungunhana!

Nenhuma resposta acudira ao chamamento, cujo eco se quebrava num maior silêncio. Brancos e negros entreolharam-se na mesma sensação de espanto, ante a audácia de Mouzinho que, nada resolvido a esperar, se adiantara para a palhota real na disposição de lhe fazer fogo.

Súbito, entre portas, altivo e soberbo, maneiras arrogantes, o Gungunhana surgiu, e foram repassadas de desdém e ódio as suas primeiras palavras.

— Prendam-lhe as mãos atrás das costas, já!...
— ordenou Mouzinho a dois soldados negros, que se apressaram a cumprir a ordem.

Em seguida Mouzinho ordenou-lhe que se sentasse.

— Onde? — interrogou o régulo.

— Ai! — respondeu Mouzinho apontando-lhe o chão.

— No chão não, que está sujo! replicou o Gungunhana irónico, mas com altivez.

Então Mouzinho, reconhecendo a necessidade de desprestigiar o Gungunhana ante os seus antigos súbditos que espreitavam, obrigou-o a sentar-se no chão — coisa que o régulo nunca usara e era atentatório da sua dignidade real —, ao mesmo tempo que lhe declarava *não ser já ele o régulo dos Mangunis, ou o senhor dos Vátuas, mas um vulgar matonga como outro qualquer.*

Da turba negra que, empoleirada nas árvores e encostada à palissada observava o espectáculo,

saiu um clamor de espanto e aprovação; os pretos gritando, gesticulando e batendo com as azagaias nos escudos, significavam a sua aprovação. O facto de Gungunhana se assentar no chão havia sido para eles, o grande e derradeiro sinal de que o régulo já não era *gente grande* e que estava em terra o trono vátua.

(...) Todos estes acontecimentos, dos mais extraordinários e importantes que se haviam praticado na província de Moçambique, (...) tinham-se desenrolado em três horas — prazo inconcebível!»⁴.

Os povos das colónias comungam, naturalmente, no amor e respeito à Pátria Portuguesa, aos seus Símbolos, aos seus Heróis:

«Umás 150 marimbas tocadas por mãos hábeis, executaram a «Portuguesa». E o batuque começou. Os guerreiros imponentes dos regulados de Quissico, Gailundu, Nhaguton, Mindu e Chitango vieram em grupos sucessivos fazer contorcionismo e bailados estranhos»⁵.

«A grande igreja estava repleta de brancos e pretos, muitos destes em tanga, casaco, gravata e chapéu de coco na mão. Pretas e mulatas vestiam os melhores panos e blusas. Um rancho de seminaristas subia a ocupar um lugar na capela-mor.

(...) Vendo-se ali reunidos, num mesmo sentimento, brancos e pretos, dominadores e dominados, todos assim bem portugueses, as lágrimas desprendiam-se de muitos olhos, denunciadores de imensa

⁴ Corrêa de Oliveira e Saavedra Machado, *A Terra e a Grei*. Selecta de Língua e História Pátria para o 1.º ciclo dos Liceus. Lisboa, Livraria Didáctica, 1956.

⁵ Textos do Livro *A Terra e a Grei*.

gratidão para com esse Deus que sempre protegeu o esforço enorme, sobre-humano, dos filhos de Portugal.

E, pela mente de muitos, passaram nesse momento, como se os tivessem diante dos olhos, os mais formosos quadros documentais da brilhante e gloriosa história de Angola:

Paulo Dias de Novais, neto de Bartolomeu Dias, conquistando Angola, fundando Luanda e penetrando até ao distrito de Benguela; Salvador Correia de Sá, com 900 homens, assaltando as trincheiras do morro de S. Miguel... Manuel Simões... o tenente-coronel Pedro Furtado e o capitão-tenente Pedro Alexandrino... Artur de Paiva... Padrel... Paiva Couceiro... Veríssimo Sarmento... Massano de Amorim e Pais Brandão... Alves Roçadas... Martins de Lima... João de Almeida...»⁶.

Neste mar de rosas não se excluem, inclusivamente, loas à igualdade de todos os homens, à ajuda fraterna dos povos, em nome do progresso. Linguagem apenas possível por se terem banido palavras como colonialismo, imperialismo, exploração...

«(...)

Percorrendo civilizações de todo o mundo encontramos homens em estado de civilização comparáveis a todos aqueles por que passou o homem civilizado até então.

Por isto não se pode entender que os homens não são todos iguais ou não têm as mesmas possibilidades de civilização; simplesmente, por condições naturais que os isolaram do contacto com as sucessivas conquistas do progresso, ou pelo ambiente

⁶ Textos do Livro *A Terra e a Grei*.

que os rodeia, ou ainda por outros motivos, eles não progrediram, ou fizeram-no com grande lentidão.

Pertence ao homem civilizado dar-lhes ajuda e trazê-los até às maravilhas do tempo moderno. Tem sido esta, através dos séculos, uma das principais missões dos Portugueses e dela há exemplos flagrantes como o Brasil e o Portugal da África, da Ásia e da Oceania.

No entanto, há que ter em conta que estas modificações não se podem realizar precipitadamente. É impossível. A civilização no seu estado actual é fruto de um trabalho demorado, especialmente de descoberta, de cultura, de educação, e também de dinheiro, e nada disto é possível adquirir-se ou fazer-se depressa.

Uma coisa é certa. Os homens menos evoluídos precisam da ajuda leal dos seus semelhantes mais adiantados e nós, os Portugueses, continuaremos a dar-lha, como é tradicional»⁷.

A escola cumpre assim a sua função de iniciar as jovens gerações no apreço pelos descobrimentos e pelo Império. Traçou, de uns e de outro, imagens idílicas, silenciando os processos utilizados e a resistência dos povos à colonização. A metamorfose da colonização em acto de patriotismo não é, aliás, característica exclusiva da historiografia oficial portuguesa. Referindo-se ao caso da França, Jean Chesneaux concluirá:

«A ocultação é um dos processos mais correntes neste dispositivo de controle do passado pelo poder.

(...)

⁷ Manuel Bernardo (Professor), *História de Portugal*, 1968.

As guerras imperialistas e coloniais são, com efeito, um terreno favorito para estas operações redutoras»⁹.

Voltemos pois a medalha, em busca da outra face que o poder bem conhecia, mas que a escola ocultou. Comparados com os livros da escola, os relatórios de altos funcionários coloniais, de militares responsáveis pelas operações de ocupação, tornam gritante a dualidade do discurso do poder. Mas não será inútil vincar com força que existiu uma leitura da história que tudo transformou numa «gesta gloriosa», cobrindo friamente a violência premeditada e praticada:

«(...) Provam os mesmos relatórios que desde o início da guerra (1914/1918) o gentio de Angola se mostrou irrequieto, atrevido e insubmisso, dando todos os sinais de querer sacudir o nosso, de resto fraco e muitas vezes platónico domínio. O gentio do Congo continua revoltado; no distrito da Lunda os incidentes do Duque de Bragança, ao sul de Malange de Mongo e de Molo e Jinga quasi tornaram nominal a nossa ocupação naquele distrito abrindo-se apenas uma excepção para os postos militares e para as pequenas áreas da sua influência, muitas vezes somente as do alcance das armas que nelas se encontram; no distrito do Quanza, focos de rebelião importantes, como as regiões dos Dembos, do Libolos e dos povos do alto Quanza, da região vizinha de Luanda, indicam que de um momento para outro se podia atear um incêndio que, soprando convenientemente, se alastrasse por todo

⁹ Jean Chesneaux, *ob. cit.*

o distrito; em Benguela davam provas de insubmissão os Quilengues e os Galangues, alguns grupos de Quinosso, alguns Bailundos vizinhos dos Imbolos, mas é de notar que este distrito, onde, por motivos que não vêm para aqui me foi possível exercer uma acção administrativa mais intensa e uma política indígena racional e bem orientada, é exactamente aquele em que a atitude do gentio tem sido mais pacífica e mais submissa, o que não quer dizer que se possa ter a menor confiança nessa atitude; no distrito da Huila o gentio esperava o resultado da nossa contenda com os alemães para se declarar por uns ou por outros.

(...). Não temos sabido ocupar e dominar Angola: — As nossas campanhas têm-se limitado aqui a organização de colunas que infligem ao gentio revoltado, ou que se quer ocupar, castigo mais ou menos severo e que terminada a sua missão militar, ganhos alguns combates, feitos alguns prisioneiros, mortos ou fuzilados alguns indígenas, retiram e se dissolvem deixando aqui e além um pequeno forte mal artilhado e pior guarnecido, que o gentio em breve considera como inofensivo. A ocupação militar intensa durante um longo período (cinco anos pelo menos) a seguir à acção violenta e indispensável do combate, da destruição de culturas e povoações do aprisionamento e do fuzilamento dos chefes indígenas, tendo por fim a escolha e a manutenção de chefes novos que saibamos transformar em criaturas absolutamente nossas, o desarmamento geral, a obrigação de trabalhos remunerados em obras do Estado, a facilitação do recrutamento de trabalhadores, bem pagos, para trabalhos particulares, e o recrutamento militar, o desenvolvimento agrícola e comercial da região ocupada, a cobrança de impostos de cubata e a transformação necessária do regime de administração militar ou de capitania-mor, no regime de circunscrição civil, — constitui um sis-

tema racional de ocupação apenas iniciado nos últimos anos (...)»⁹.

«Encarrega-me Sua Exa. o Governador Geral de dizer a V. Exa. o seguinte (...):

1.º — Visto o estado de rebelião dos povos Quifumas e não resta a menor dúvida de que se trata de povos ainda não submetidos, é indispensável, depois dos actos que têm praticado, exercer sobre eles uma acção enérgica e vigorosa. — Quasi todos os dias, e até completa submissão desses povos, uma força maior ou menor conforme as circunstâncias sairá em direcções diversas para procurar atingir os povos insubmissos, nas suas vidas, nos seus haveres e nas suas lavras, tendo-se em consideração ser absolutamente necessário dar uma lição severa que fique na memória e que sirva de exemplo a todos vista a atitude desses povos, os ataques às forças do Governo, ao posto de Quifuma, o impedimento do trânsito público e das comunicações telegráficas, acção de manifesta rebelião de que são réus. — As tropas do Governo esforçar-se-ão por causar baixas nos povos Quifumas fazendo continuados ataques, perseguições e emboscadas; aprisionarão homens, mulheres e crianças, tratando porém uns e outros com toda a humanidade e respeito; destruirão as lavras; não os deixarão sossegados nos pontos onde se acoitem, obrigando-os, se não se puderem bater e aprisionar, a constantes mudanças de acampamento (...)»¹⁰.

⁹ 9.º Relatório confidencial para sua Ex.ª o ministro das colónias. Do governador geral demissionário, Norton de Matos. Lobito, 28 de Fevereiro de 1915 a 6 de Março de 1915. A. H. M.

¹⁰ Governo Geral de Angola — Repartição do Gabinete. Ao Senhor Capitão-mór de Santo António do Zaire, Janeiro de 1914. A. H. M.

Estas ordens não ficaram no papel. Os relatórios das operações militares provam que foram cumpridas:

«No dia 5 a coluna prosseguiu a sua marcha, avistando-se o gentio a pequena distância, pelas 6,30 da manhã; foram feitos, sem resultados, dois tiros de granada, e um terceiro de lanterna que dispersou o inimigo; este pareceu avançar para um riacho que os separava da força que os desalojou com cinco descargas, depois das quais a passagem da linha d'água foi feita avançando em linha. Prosseguindo na sua marcha a força atingiu Quissungu, que foi queimada e cujas plantações foram arrazadas; depois Quimbolo que teve a mesma sorte e finalmente Quimgombe a que sucedeu o mesmo, e por fim foi bivacar n'um morro próximo da banza do povo TUCO, que era importante e contava cerca de cem cubatas»¹¹.

«Todos somos portugueses», ensinava a escola, enquanto as guerras de resistência à ocupação portuguesa desmentiam esse dizer e, mais tarde, as guerras de libertação o infirmariam completamente.

Por vezes, os próprios responsáveis militares revelaram que tinham percebido que, afinal, não éramos todos filhos da mesma pátria. Mas essas pequenas histórias, menos brilhantes, da ocupação, empaldeciam ao lado da glória de ter humilhado o Gungunhana. Dê-se, no entanto, a palavra a Roçadas, que participou numa tentativa frustrada de proclamar um novo soba, contra a vontade do seu povo:

¹¹ Relatório do Capitão Genipro de Almeida, «A revolta no Congo», 1914. A. H. M.

«Realmente é admissível que um traidor, até entre os povos selvagens, não possa esquivar-se ao desprezo dos seus compatriotas. E Caripaluli fora traidor à sua terra. Por isso, quem pode negar que os cuamatos pela voz de Chatirua e outros importantes, nas conferências dos dias anteriores, não lhe dissessem: «És traidor, Caripaluli, porque ensinaste os caminhos ao branco! És nosso soba porque o Mueneputo te impõe, mas ninguém te quer, nem respeitará». E o pobre preto, cuja inteligência era manifesta e o carácter altivo, tendo acceite com alvoroço a oferta do sobado, que nós lhe fizemos no acampamento do forte Roçadas, na véspera da columna avançar para o interior, e não tendo agora coragem para nos devolver a sua palavra, não encontrou melhor saída senão o suicídio»¹².

*
* * *

A história que aprendemos na escola desmorona-se ao sopro da libertação dos Povos. Sentados ainda na visão eurocentrista das coisas, assistimos ao poderoso emergir do «outro lado». Mas como situar-nos, para finalmente os (nos) vermos, para lá de uma história que aprendemos às avessas, mas que não basta inverter?

Nathan Wachtel, num livro em que o objectivo é estudar a Conquista espanhola das Américas, mas a partir dos traços que essa Conquista deixou na memória dos vencidos, dirá:

¹² Roçadas, «Relatório da Campanha da Cuamatos no Sul de Angola em 1907» Colecção das Ordens do Exército do ano de 1910. Parte não oficial. Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

«Na nossa memória colectiva, a aventura dos Conquistadores invoca as imagens de triunfo, de riqueza, de glória e aparece como epopeia. A historiografia ocidental associa a «descoberta da América» às noções de «Renascimento», de «Tempos Modernos»: a expedição de Cristóvão Colombo coincide com o começo de uma nova era. Mas era nova no relógio da Europa. Para os Índios, vencidos, a Conquista significa, pelo contrário, o fim: a ruína das suas civilizações. O historiador nascido na sociedade dos vencedores deve, para «descobrir» realmente a América, desembaraçar-se dos seus hábitos mentais e sair, de certa forma, de si próprio»¹³.

Até que ponto «sair de si próprio» consiste num movimento profundo, vamos aprendendo aos poucos. «Descobrimentos», por exemplo, é uma palavra que faz parte do nosso vocabulário familiar. Mas o próprio vocabulário não é neutro. Vive ao mesmo tempo que a ideologia que dele se serve. A luta contra o colonialismo, recente ou remoto, exige o desenraizar de alguns hábitos.

«PALAVRA A BANIR: DESCOBERTAS. Os exploradores não *descobriram* a América. Cristóvão Colombo não *descobriu* a América. Jacques Cartier não *descobriu* o Canadá. Estes territórios tinham sido descobertos, não se sabe quando, pelos primeiros homens que aí puseram o pé. Quando os exploradores brancos chegaram à América, o seu território estava já povoado por *homens*, por homens de outra cor, mas por homens. Dizer que Colombo *descobriu* a América e Cartier o Canadá, é mostrar o racismo profundo que infecta a raça branca desde

¹³ N. Wachtel, *La vision des Vaincus. Les Indiens du Pérou devant la Conquête espagnole*. Paris, ed. Gallimard, 1971.

há séculos. Ao dizer que Colombo e Cartier são *descobridores*, está-se a dizer que só os brancos são os homens que podem descobrir para a raça humana e que os índios que estavam nesse continente não passavam de animais pouco mais evoluídos que os macacos. Os exploradores brancos não descobriram coisa nenhuma. (...)»¹⁴.

A revolta parte do «outro lado», do lado dos que foram objecto da colonização. Revolta contra as palavras, mas também contra as imagens e lugares-comuns divulgados sobre esses povos, contra as versões da sua própria história que lhes foram sendo impostas.

A HISTÓRIA REESCRITA

O rei D. Carlos não morreu de morte natural. O seu passamento verificou-se em circunstâncias e por razões de que também nos falam os compêndios.

Este caso pontual pode servir de ponto de partida para uma pequena reflexão sobre o modo como um mesmo *facto* é tratado no âmbito da historiografia escolar.

«D. Carlos I, vendo que as fileiras dos cidadãos republicanos engrossavam prodigiosamente, constituiu um governo ditatorial sancionando medidas absolutistas, com o fim de prender, desterrar e expatriar os principais vultos revolucionários, pelo que foi vítima do regicídio perpetrado no *Terreiro do Paço* em 1 de Fevereiro de 1908, sucumbindo também o príncipe D. Luís Filipe, seu filho. Francisco Costa foi autor do regicídio e o príncipe foi mortalmente ferido por Manuel Buíssa.

Este acto pode considerar-se heróico, porque pôs termo à ditadura»¹.

¹ Agostinho César de Moura e Eusébio Queirós, professores oficiais, *História Pátria*, para o Ensino Primário, 1912.

¹⁴ Léandre Bergeron, *Petit Manuel d'Histoire du Québec*, Editions Québécoises, s/d.